

**IC - Inquérito Civil n. 06.2012.00002047-5**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N.**  
**0021/2018/01PJ/TRO**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central, neste ato representado pelo Promotor de Justiça, Michel Eduardo Stechinski doravante designado **COMPROMITENTE**, e o **Município de Braço do Trombudo**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 95.952.230/0001-67, situado na Praça da Independência, 25, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Nildo Melmestet, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil n. 06.2012.00002047-5, têm entre si justo e acertado o seguinte:

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público, previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, nos artigos 26 e 27 da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e nos artigos 82 e 83 da Lei Complementar Estadual n. 197/00 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina), que atribuem ao Ministério Público a defesa dos direitos assegurados nas Constituições da República e Estadual, conferindo-lhe legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais individuais indisponíveis, mormente os interesses coletivos;

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor estabelece como direito básico do consumidor a proteção à vida e à saúde dos consumidores, bem como a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em

geral;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público tem legitimidade concorrente para a defesa dos interesses e direitos dos consumidores, conforme previsão contida no art. 82, I, do Código de Defesa do Consumidor;

**CONSIDERANDO** que o artigo 18, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor preconiza que *"os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade e quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo (...)"*;

**CONSIDERANDO** que o artigo 18, §6º, incisos II e III, do Código de Defesa do Consumidor considera impróprio ao uso e consumo produtos que possam ser nocivos à vida ou à saúde, perigosos, que estejam em desacordo com as normas de fabricação, distribuição e apresentação ou que, por qualquer motivo, não se revelem adequados aos fins a que se destinam;

**CONSIDERANDO** que a Portaria n. 2.914, de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, estabelece que às Secretarias Municipais de Saúde cabe implementar um plano próprio de amostragem de vigilância e qualidade da água, consoante diretrizes específicas elaboradas pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde;

**CONSIDERANDO** que o art. 13, V, da Portaria . 2.914, de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, estabelece que às empresas concessionárias responsáveis pelo abastecimento de água cabe encaminhar à autoridade de saúde pública, para fins de comprovação do atendimento às respectivas normas, relatórios mensais com informações sobre o controle da qualidade da água, segundo modelo estabelecido pela referida autoridade, previsão já existente na Portaria n. 1.469/2000;

**CONSIDERANDO** que a Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se no fundamento de que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico (art. 1º, II, da Lei n. 9.433/97), sendo um dos objetivos da Política Nacional assegurar a atual e as futuras gerações a necessária disponibilidade da água, em padrões de qualidade adequados;

**CONSIDERANDO** que segundo o disposto no art. 12 da Portaria MS nº 2.914/2011, compete à Secretaria de Saúde do Município:

I - exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de

competência, em articulação com os responsáveis pelo controle da qualidade da água para consumo humano;

II - executar ações estabelecidas no VIGIAGUA, consideradas as peculiaridades regionais e locais, nos termos da legislação do SUS;

III - inspecionar o controle da qualidade da água produzida e distribuída e as práticas operacionais adotadas no sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, notificando seus respectivos responsáveis para sanar a(s) irregularidade(s) identificada(s);

IV - manter articulação com as entidades de regulação quando detectadas falhas relativas à qualidade dos serviços de abastecimento de água, a fim de que sejam adotadas as providências concernentes a sua área de competência;

V- garantir informações à população sobre a qualidade da água para consumo humano e os riscos à saúde associados, de acordo com mecanismos e os instrumentos disciplinados no Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005;

VI - encaminhar ao responsável pelo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano informações sobre surtos e agravos à saúde relacionados à qualidade da água para consumo humano;

VII - estabelecer mecanismos de comunicação e informação com os responsáveis pelo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água sobre os resultados das ações de controle realizadas;

VIII - executar as diretrizes de vigilância da qualidade da água para consumo humano definidas no âmbito nacional e estadual;

IX - realizar, em parceria com os Estados, nas situações de surto de doença diarreica aguda ou outro agravo de transmissão fecal-oral, os seguintes procedimentos:

a) análise microbiológica completa, de modo a apoiar a investigação epidemiológica e a identificação, sempre que possível, do gênero ou espécie de microorganismos;

b) análise para pesquisa de vírus e protozoários, quando for o caso, ou encaminhamento das amostras para laboratórios de referência nacional quando as amostras clínicas forem confirmadas para esses agentes e os dados epidemiológicos apontarem a água como via de transmissão;

c) envio das cepas de Escherichia coli aos laboratórios de referência nacional para identificação sorológica; e

X - cadastrar e autorizar o fornecimento de água tratada, por meio de solução alternativa coletiva, mediante avaliação e aprovação dos documentos exigidos no art. 14 desta Portaria.

Parágrafo único. A autoridade municipal de saúde pública não autorizará o fornecimento de água para consumo humano, por meio de solução alternativa coletiva, quando houver rede de distribuição de água, exceto em situação de emergência e intermitência.

**CONSIDERANDO** que no bojo do presente procedimento constatarem-se irregularidades na água distribuída à população do Município;

**CONSIDERANDO** a longa tramitação, no âmbito do Ministério Público, de Inquérito Civil tendente a proceder o controle e vigilância da qualidade da água do município de Braço do Trombudo;

**RESOLVEM** celebrar o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, §6º, da Lei 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

#### **DO OBJETO:**

**CLÁUSULA 1ª** – Este Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação do COMPROMISSÁRIO às normas previstas na Portaria MS nº 2.914/2011, especialmente no que se refere ao controle de potabilidade da água disponibilizada a todos os moradores do Município de Braço do Trombudo;

#### **DAS OBRIGAÇÕES:**

**CLÁUSULA 2ª** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a manter e controlar a qualidade da água produzida e distribuída, por meio do controle operacional do ponto de captação, adução, tratamento e distribuição, da capacitação técnica de profissionais da área, das análises laboratoriais de amostras provenientes dos diversos pontos do sistema (art. 13, inciso III, Portaria MS nº 2.914/2011).

**CLÁUSULA 3ª** – O COMPROMISSÁRIO obriga-se a avaliar sistematicamente o sistema de abastecimento, sob a perspectiva dos riscos à

saúde, com base na ocupação da bacia contribuinte ao manancial, no histórico da característica das águas, nas características físicas do sistema, nas práticas operacionais e na qualidade da água distribuída.

**CLÁUSULA 4ª** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a garantir que toda a água para consumo humano, fornecida coletivamente, passe por processo de desinfecção ou cloração (art. 24 da Portaria MS nº 2.914/2011).

**Parágrafo Único** – O COMPROMISSÁRIO compromete-se a manter a concentração de cloro residual no sistema de distribuição próxima da máxima permitida pela Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017.

**CLÁUSULA 5ª** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a fornecer água que atenda ao Padrão de Potabilidade (Capítulo V) e que não ofereça risco à saúde, especialmente no que diz respeito ao padrão microbiológico, conforme disposto no Anexo I e demais disposições da aludida Portaria (art. 27 da Portaria MS nº 2.914/2011).

**CLÁUSULA 6ª** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a comunicar imediatamente à autoridade de saúde pública municipal e informar à população a detecção de qualquer risco à saúde, quando constatada não conformidade na qualidade da água distribuída (art. 13, inciso XI, Portaria MS nº 2.914/2011), bem como a manter registros atualizados sobre as características da água distribuída, sistematizados de forma compreensível à população e disponibilizados para pronto acesso e consulta pública.

**CLÁUSULA 7ª** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a informar à autoridade de saúde pública sobre as medidas corretivas tomadas, nos casos em que o padrão microbiológico não for atendido (art. 27, § 6º, Portaria MS nº 2.914/2011).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se em garantir informações à população sobre a qualidade da água para consumo humano e os riscos à saúde associados de acordo com mecanismos e os instrumentos disciplinados no Decreto n. 5.440, de 04 de maio de 2005;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se em estabelecer mecanismos de comunicação e informação com os responsáveis pelo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água sobre os resultados das ações de controle realizadas;

**CLÁUSULA 8ª**- O COMPROMISSÁRIO por meio do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal, providenciará as análises de controle de qualidade da água realizadas mensalmente, não suprimindo tal exigência a mera média dos resultados das análises, pois torna inviável a interpretação dos dados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os laudos de análise técnica mencionados na Cláusula 8ª deverão ser realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN/SC;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Para fins de realização da análise descrita no caput da presente cláusula, deverá ser realizada a coleta de água em pontos aleatórios do Município de Braço do Trombudo, em, no mínimo, um ponto para cada bairro existente no território municipal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** A sistematização e a interpretação dos dados gerados pelo Serviço de Vigilância Sanitária Municipal, serão encaminhadas mensalmente ao Conselho Municipal de Saúde para avaliação;

**PARÁGRAFO QUARTO** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a inspecionar o controle da qualidade da água produzida e distribuída e as práticas operacionais adotadas no sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, notificando seus respectivos responsáveis para sanar a(s) irregularidade(s) identificada(s) (art. 12, I, da Portaria 2.914/2011), aplicando as penalidades previstas na Lei n. 6.437/1977 (art. 42, da Portaria 2.914/2011);

**PARÁGRAFO QUINTO** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a fiscalizar a qualidade da água, notificando os responsáveis pelo sistema ou solução alternativa coletiva, fixando prazo razoável para a regularização, sempre que deixarem de desempenhar suas competências dispostas no art. 13 da Portaria n. 2.914/2011;

**CLÁUSULA 9ª** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a apresentar nesta Promotoria de Justiça, semestralmente, durante o período mínimo de 2 (dois) anos, laudos de análise técnica atualizados da água distribuída aos moradores do Município de Braço do Trombudo, abrangendo estudo Microbiológico (art. 27, Anexo I, da Portaria MS nº 2.914/2011), existência de Bactérias Heterotróficas (art. 28, Portaria MS nº 2.914/2011), grau de Turbidez (art. 30, Anexo II, Portaria MS nº 2.914/2011), Cloro (art. 34, Portaria MS nº 2.914/2011), Padrão de substâncias químicas que representam risco à saúde (art. 37, Anexos VII e VIII, Portaria MS nº



2.914/2011), Padrão Organoléptico e, especialmente, monitoramento de *Escherichia coli*.

**CLÁUSULA 10ª** – O COMPROMISSÁRIO obriga-se a realizar levantamento ou, sendo o caso, atualizar o levantamento já realizado, quanto às soluções alternativas coletivas do município, a fim de que os dados sejam inseridos no novo programa de informática SISAGUA, encaminhando-se a lista dos respectivos responsáveis à Promotoria de Justiça no prazo de 120 dias;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a requisitar dos responsáveis soluções alternativas coletivas, para controle da qualidade da água produzida e distribuída, laudos de análises laboratoriais e relatórios com informações sobre o controle da qualidade da água, cuja periodicidade será definida pelo Município, sendo no mínimo trimestral;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a exigir dos responsáveis pelas soluções alternativas coletivas à notificação imediata para a Vigilância Sanitária, sempre que houver indícios de risco à saúde ou sempre que amostras coletadas apresentarem resultados em desacordo com os limites ou condições da respectiva classe de enquadramento, conforme definido na legislação específica vigente;

**PARÁGRAFO TERCEIRO**- O COMPROMISSÁRIO obriga-se a manter registros atualizados sobre as características da água distribuída, sistematizados de forma compreensível aos consumidores e disponibilizados para pronto acesso e consulta pública, bem como a manter mecanismos para recebimento de queixas referentes às características da água e para a adoção das providências pertinentes.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a providenciar técnico capacitado para alimentar retroativamente e atualizar o programa SISÁGUA e VIGIAGUA com os resultados das análises feitas desde o mês de janeiro deste ano dados referentes ao controle da qualidade da água da empresa concessionária e dados da vigilância da qualidade da água.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a executar as ações estabelecidas no VIGIAGUA e SISAGUA, consideradas as peculiaridades regionais e locais, nos termos da legislação do SUS;

**CLÁUSULA 11ª** - O COMPROMISSÁRIO obriga-se em executar as

diretrizes de vigilância da qualidade da água para consumo humano definidas no âmbito nacional e estadual;

**CLÁUSULA 12ª** - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a oferecer cursos de aprimoramento periodicamente aos operadores de ETA e responsáveis pelas manutenção das redes;

**CLÁUSULA 13ª** O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, no prazo de 36 meses, contados da assinatura do presente termo, ampliar a capacidade de produção e reservação da água tratada, nos moldes do Relatório RF-SAA-CVD-BRAÇODOTROMBUDO-002/2018;

**CLÁUSULA 14ª** O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, no prazo de 200 (duzentos dias), contados da assinatura do presente termo, realizar a troca do material filtrante do filtro do ETA, nos moldes do Relatório RF-SAA-CVD-BRAÇODOTROMBUDO-002/2018;

#### **DA MULTA E DA EXECUÇÃO:**

**CLÁUSULA 15ª** - O descumprimento de quaisquer das cláusulas anteriores, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito, formal e devidamente justificados ao Ministério Público Estadual, sujeitará os inadimplentes, na medida de sua responsabilidade, ao pagamento de multa diária ou por evento descumprido (a depender do caso) correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais), a ser revertida para o Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas dos órgãos ambientais competentes;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O valor da multa incidirá independentemente sobre cada uma das cláusulas descumpridas;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A multa será recolhida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto, a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A multa acima estipulada será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o compromissário constituído em mora com o simples vencimento do prazo fixado;

**CLÁUSULA 16ª** - Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente Termo de Ajustamento de Conduta, que equivale a título



executivo extrajudicial, ou então o ajuizamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

**CLÁUSULA 17ª** - Os parâmetros pactuados no presente termo não eximem as partes do cumprimento das exigências judiciais determinadas, ainda que de modo cautelar, em ações civis já propostas e em tramitação, bem como em procedimentos extrajudiciais já instaurados;

**CLÁUSULA 18ª** - A celebração deste Termo, ou de outro pactuado com qualquer órgão da Administração Pública, não impede que um novo termo de compromisso seja firmado entre o Ministério Público e os signatários, desde que mais condizente com os interesses e direitos difusos objeto deste Termo.

**CLÁUSULA 19ª** - A inexecução do presente compromisso por quaisquer das entidades ou pessoas signatárias, e quaisquer dos prazos e obrigações fixados, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados pelos signatários ao Ministério Público Estadual, facultará a este, decorridos os prazos previstos, a iniciar a imediata execução do presente Termo;

**CLÁUSULA 20ª** - O comprometente reserva-se no direito de realizar análise técnica por meio da agência reguladora ou outros laboratórios;

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**CLÁUSULA 21ª** - O Ministério Público Estadual compromete-se a não adotar qualquer medida judicial de natureza cível contra os órgãos e as entidades, pessoas físicas ou jurídicas, que assinarem ou aderirem a este Termo de Ajustamento de Condutas, no tocante aos itens acordados, caso os compromissos pactuados sejam cumpridos dentro dos prazos e das condições previstas;

**CLÁUSULA 22ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

**CLÁUSULA 23ª** - As partes elegem o foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir controvérsias decorrentes do presente

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso, em 3 (três) vias de igual

teor, com eficácia de título executivo extrajudicial e que será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 20 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Trombudo Central, 12 de dezembro de 2018

[assinado digitalmente]

Michel Eduardo Stechinski

Promotor de Justiça

Município de Braço do Trombudo

Nildo Melmestet

Rogger Göde

Assessor Jurídico